

Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Norte PERS-RN

Produto 1: Projeto de Mobilização Social e Divulgação



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Rosalba Ciarlini Governadora do Estado do Rio Grande do Norte
Robson Farias Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Norte

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

José Mairton Figueredo de França Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
Ieda Maria Melo Cortez Secretária Adjunta de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

EQUIPE DE SUPERVISÃO GERAL E SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO DO PLANO

Paulo Gonçalves dos Santos Filho	Coordenador Geral
Gisela Duarte Gonçalves dos Santos	Advogada e Sócia-Diretora Brencorp
Alex Alves Loureiro Ferreira	Assistente de Coordenação
Ariel Santana Leão	Assistente de Coordenação
Aldemir de Castro Barros	Especialista em Planejamento Ambiental
Cecília Barthel Carneiro Campello	Especialista em Planejamento Urbano
Maria Wagner de Araújo Dantas	Especialista em Análise Socioeconômica
Urbano Medeiros Lima	Especialista em Direito
Maria Auxiliadora Porto Vasconcelos	Mobilizadora Social
Emília Margareth de Melo Silva	Especialista em Resíduos Sólidos
Luzimar Pereira da Costa	Especialista em Geoprocessamento
Ceres Virgínia da Costa Dantas	Tecnóloga em Gestão Ambiental
Edilma Drielly da Silva	Engenheira Agrícola e Ambiental
Kleybiana Dantas da Rocha	Bióloga
Laudiceia Nascimento de Oliveira	Assistente Administrativo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma estrutural do PMSB	9
Figura 2: Diagrama dos objetivos.....	15
Figura 3: Localização do Estado do Rio Grande do Norte.	17
Figura 4: Tipos de clima no Rio Grande do Norte.	18
Figura 5: Tipos de vegetação no Rio Grande do Norte.	21
Figura 6: Tipos de solos no Rio Grande do Norte.	22
Figura 7: Tipos de relevo no Rio Grande do Norte.....	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Matriz de Planejamento do PERS/RN	40
Quadro 2: Membros da Equipe Técnica da Brencorp.	41
Quadro 3: Recursos Materiais, Tecnológicos e Equipamentos que podem ser disponibilizados para a execução do PMS.	42

LISTA DE SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
PEAMSS	Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento
PERS/RN	Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Norte
PMSD	Projeto de Mobilização Social e Divulgação
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
SEEC	Secretaria Estadual da Educação e da Cultura
SEMARH	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SESAP	Secretaria Estadual da Saúde Pública
SETHAS	Secretaria Estadual do Trabalho, Habitação e Assistência Social
TR	Termo de referência

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1 INTRODUÇÃO.....	7
2 JUSTIFICATIVA.....	10
3 OBJETIVOS	14
3.1 Geral	14
3.2 Específicos.....	14
4 DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DIVULGAÇÃO DO PERS/RN	16
5 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	17
6 METODOLOGIA.....	25
6.1 Instâncias de Coordenação e Participação.....	26
6.1.1 Comitê Gestor	26
6.1.2 Núcleo de Consultoria	27
6.1.3 Conselhos Gestores de Políticas Públicas.....	27
6.1.4 Consulta Pública.....	27
6.2 Atividades a Serem Desenvolvidas.....	28
6.2.1 Encontros Técnicos	28
6.2.1 Consulta Pública.....	28
6.3 Formas de Mobilização.....	29
6.3.1 Primeira Fase	32
6.3.2 Segunda Fase	32
6.3.3 Terceira Fase.....	34
6.3.4 Quarta Fase.....	36
6.4 Comunicação e Divulgação	36
6.5 Definição da Metodologia das Plenárias.....	37
7 MATRIZ DE PLANEJAMENTO	39
8 EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	41
9 APOIO LOGÍSTICO A SER UTILIZADO	42
9.1 Estrutura Física de Trabalho.....	42
9.2 Recursos Materiais, Tecnológicos e Equipamentos	42
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

APRESENTAÇÃO

O Projeto de Mobilização Social e Divulgação atende a uma demanda prevista no Termo de Referência (TR) do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do RN (PERS/RN) e cumpre as exigências do contrato Nº 036/2013 - SEMARH celebrado entre a SEMARH (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos) e a empresa Brencorp Consultoria em Meio Ambiente Ltda.

O objeto do presente contrato se insere no contexto do novo marco regulatório brasileiro que nos últimos anos vem fomentando e desenvolvendo mecanismos e ferramentas para que o Estado possa superar as dificuldades operacionais e melhorar a gestão dos serviços de resíduos sólidos em todo o Brasil.

O Plano Estadual de Resíduos Sólidos do RN será elaborado em conformidade com os princípios participativos recomendados pela Lei de Consórcios Públicos (Nº 11.107/05), Lei de Saneamento Básico (Nº 11.445/2007) e, mais recentemente, pela Lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305/2010), além de se pautar no Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Norte (PEGIRS/RN).

O Projeto de Mobilização Social e Divulgação, objeto desse relatório, faz parte das atividades iniciais previstas no processo de elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do RN, na perspectiva de garantir a institucionalização e participação da sociedade norte-rio-grandense na construção de uma mudança gradual de hábitos e atitudes no tocante aos resíduos sólidos, desde a sua geração até a sua destinação e disposição final ambientalmente adequada.

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto tem como finalidade básica apresentar uma proposta de Mobilização Social e Divulgação que norteará todas as fases do PERS/RN. Nesse sentido, pretende-se desenvolver um modelo de planejamento participativo e de caráter permanente que possibilite uma gestão adequada dos resíduos sólidos, em conformidade com a Lei Nacional Nº 12.305/2010.

Esse Plano é composto por quatro produtos, a saber:

- A) Projeto de mobilização social e divulgação;
- B) Elaboração do panorama de resíduos sólidos do RN;
- C) Estudo da prospecção e escolha do cenário de referência;
- D) Diretrizes e estratégias para implementação do PERS – Plano de Resíduos Sólidos.

Elaborar o Projeto de Mobilização Social e Divulgação é uma oportunidade para população norte-rio-grandense conhecer mais adequadamente a complexa questão dos resíduos sólidos, discutir as várias causas dos problemas gerados pelos resíduos e propor soluções adequadas.

Atentando para a complexidade que assume atualmente os Resíduos Sólidos, a participação cidadã na elaboração do PERS/RN se revela como uma condição chave para superar os entraves dos serviços e da infraestrutura de resíduos sólidos nos 167 municípios do RN.

Na verdade, trata-se de uma forma de exercício da cidadania, um dos cinco fundamentos do Estado Democrático de Direito, além de criar a possibilidade de melhorar a saúde da população, ambos previstos na Constituição de 1988.

Conforme o Termo de Referência (TR) e em consonância com os princípios democráticos que atualmente fundamentam o planejamento ambiental no Brasil, a mobilização social e a participação cidadã se inserem num contexto de necessidade de controle social e ordenamento territorial.

O controle social é a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da administração pública, no acompanhamento das políticas, sendo um importante mecanismo de fortalecimento da cidadania. Podemos falar em duas formas de controle social: o controle natural e

o institucional. Ambos correspondem a uma maneira de estabelecer compromisso entre o poder público e a sociedade com a finalidade de encontrar saída para os problemas econômicos e sociais.

O controle social a ser exercido neste projeto de mobilização estará voltado bem mais para o controle natural, haja vista a necessidade em envolver toda sociedade civil. E quando realizado por meio da participação, fornece legitimidade ao processo de planejamento. Aqui são propostos canais de diálogos que não se restringem a receber informações e conhecer as propostas, mas que se ampliam para a validação e principalmente para construção coletiva das ideias. A concepção de mobilização que se utiliza neste projeto é muito ampla e envolve todas as fases e as dimensões de complexidade que a temática dos resíduos sólidos exige para uma compreensão efetiva.

Por sua vez, o ordenamento territorial, seja em ambientes urbanos, rurais e mesmo em espaços naturais, apresenta a questão dos resíduos como um dos seus maiores desafios na contemporaneidade, porque envolve toda a sociedade, afeta a qualidade ambiental e também está associada ao modelo de consumo da sociedade capitalista.

Sem sombra de dúvidas, a questão dos resíduos sólidos se insere na discussão do meio ambiente e da promoção da qualidade de vida. A necessidade de uma compreensão sistêmica dos resíduos sólidos e de uma visão ao mesmo tempo técnica e participativa do planejamento ambiental é fundamental no processo de elaboração do Projeto de Mobilização Social e Divulgação das atividades do PERS/RN, desde a definição das etapas de trabalho até a seleção dos instrumentos metodológicos a serem utilizados.

Considerando a estrutura básica de um projeto, o presente relatório está constituído nas seguintes partes: justificativa, objetivos do trabalho, diretrizes para elaboração do plano de mobilização social e divulgação do PERS/RN, caracterização da área de estudo, metodologia, cronograma de atividades a serem executadas, matriz de planejamento, equipe de trabalho, apoio logístico, considerações finais e referências bibliográficas.

A Figura 1 abaixo ilustra a estrutura geral do projeto.



Figura 1: Organograma estrutural do PMSB

2 JUSTIFICATIVA

É mister destacar que a história brasileira, tanto nas cidades como no campo, foi construída com alicerces da dominação, ou seja, o povo não era nem sensibilizado quicá ter oportunidade de participar da gestão pública, ainda que somente opinando. Em épocas marcadas por algum tipo de planejamento como elaboração de planos, programas e/ou projetos, estes eram concebidos e executados verticalmente, pelos governos, sem a mínima participação dos atores sociais.

No meio rural, os alicerces da dominação se entrelaçavam com o coronelismo e o patrimonialismo, aquele sendo marcado pelas práticas clientelista e assistencialista no campo. Essas práticas distanciavam ainda mais a participação social dos cidadãos enquanto sujeitos de direitos e deveres, usuários das políticas públicas.

Esse sistema de poder tinha um peso muito forte nos reflexos sociais, pois o Brasil ainda era um país basicamente agrário, ou seja, a maior parte da população concentrava-se no meio rural. Contudo, mesmo o país configurando-se, na atualidade, como um país urbano, ainda há quem defenda a existência da prática coronelista.

Essa simples contextualização sociopolítica do Brasil se faz necessária à medida que podemos constatar o salto qualitativo da presença das organizações sociais desde o final da década de oitenta, fortalecidas pelo processo de democratização do país.

O processo de participação dos diversos segmentos que compõem a sociedade civil organizada tem como principal marco legal a Constituição Federal de 1988, que reconheceu a organização e a participação social como direitos e valores a serem garantidos e fomentados, sendo a gestão democrática uma referência, assim como a gestão participativa um instrumento, ambos instituídos pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Dessa forma, atores urbanos e rurais da sociedade brasileira foram instados a reivindicar e defender os interesses coletivos da população, com vistas a pontuar demandas, além de formular projetos para o atendimento às necessidades dos diversos grupos, inclusive, aqueles excluídos pelo próprio sistema.

Por meio da sensibilização e da mobilização social, o sentimento de propriedade, de se sentir parte do processo e de pertencimento comum, desencadeia a participação coletiva no exercício da cidadania. Por seu turno, o regime democrático permitirá ações pautadas no planejamento e no desenvolvimento territorial (urbano e rural), favorecendo a gestão participativa e fortalecendo os organismos sociais, fazendo surgir mecanismos capazes de responder as demandas da sociedade.

Com o entendimento das lutas da sociedade civil organizada como direitos das classes populares visíveis no cenário sociopolítico brasileiro, e especialmente no caso do Rio Grande do Norte, as reivindicações podem ser concretizadas na melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente, tendo como foco de intervenção as questões urbanas e rurais de ordem socioambiental que afetam a sociedade, como é o caso da temática dos resíduos sólidos.

Nessa conjuntura, a população, enquanto energia física e moral, assume papel supremo, na medida em que identifica os problemas sociais de esfera local e nesse processo acumula experiências, caracterizando uma cultura singular no tempo-espaço que não deve ser desprezada.

A visão dos munícipes sobre a problemática dos resíduos sólidos deve ser levada em consideração em todo o processo de elaboração do PERS/RN e por isso assume um papel preponderante no presente Projeto de Mobilização Social e Divulgação.

Todavia vale ressaltar que o exercício de sensibilização, de mobilização e de participação dos atores sociais na esfera das políticas públicas não ocorre sem dificuldades, as quais são produtos de uma sociedade capitalista que impõe desigualdades, principalmente, no âmbito social e econômico. No entanto, à medida que esses fenômenos ocorrem existe uma força que gera um movimento contrário legitimando as lutas pelos direitos sociais assentados num processo de valorização das diferenças estabelecendo a inclusão social, econômica e cultural do cidadão, com direitos e deveres sociais.

Ainda na perspectiva acima, a mobilização social possibilita ao cidadão aproximar-se das instâncias de decisão e interferir no futuro da cidade. Compartilhar sonhos e desafios, propor ações para a melhoria da qualidade de vida são importantes ferramentas de uma gestão compartilhada. Imbuída dessa concepção, a

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do RN (SEMARH) contratou a empresa Brencorp que, nos termos de uma consultoria técnica, propõe a elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do RN, sendo um dos marcos iniciais de sua construção, o presente projeto de Mobilização Social e Divulgação (PMSD).

Diante do exposto, justifica-se a elaboração, execução, monitoramento e avaliação do referido PERS/RN, na perspectiva de propiciar momentos de participação, de debate e de reflexão dos atores sociais em suas comunidades nos assuntos socioambientais. Por certo, o compartilhamento das responsabilidades será inerente tanto ao Estado, como aos municípios, enquanto titular dos serviços, além da população, o que implica em oportunizar e estimular o exercício do controle social.

Pautado nessa tarefa, é oportuno ressaltar a relevância do planejamento participativo e da mobilização na elaboração do PERS/RN, dada a função social que o mesmo exerce no processo socioeducativo.

A idéia central é induzir os atores sociais a se perceberem enquanto sujeitos de direitos, sendo necessário mobilizá-los para se sentirem integrantes e corresponsáveis por atitudes e decisões, seja da vida pública ou mesmo no plano da vida privada.

Tal processo apóia-se em estratégias didático-pedagógicas necessárias para atingir as etapas de mobilização e participação dos sujeitos sociais e das organizações da sociedade civil. Nesse sentido, o Termo de Referência aponta as seguintes etapas a serem desenvolvidas:

- A) Apresentação da legislação sobre resíduos sólidos para técnicos das prefeituras;
- B) Validação do panorama dos resíduos sólidos;
- C) Apresentação e validação do PERS;
- D) Lançamento e divulgação do PERS.

Em síntese, o Projeto de Mobilização Social e Divulgação do PERS se constitui num instrumento para fortalecer o controle social e o planejamento participativo, de forma a legitimar um processo moderado no diálogo, envolvendo os segmentos sociais, rurais e urbanos, e que exige pactos para superar os conflitos e

as carências de infraestrutura e de educação ambiental, além das deficiências dos serviços desse setor chave do saneamento.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Planejar todos os procedimentos, estratégias, mecanismos e metodologias que serão aplicados ao longo de todo o período de elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Norte (PERS-RN), visando garantir a efetiva participação social, além de conter todas as diretrizes e estratégias necessárias para que após concluído e lançado o PERS, a instituição responsável pela sua implementação tenha um instrumento norteador das ações de mobilização e divulgação.

3.2 Específicos

- A) Informar as diretrizes de implementação do PERS/RN;
- B) Apresentar estratégias metodológicas para implementação do PERS/RN;
- C) Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do RN;
- D) Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento, acompanhamento e fiscalização das ações previstas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos do RN;
- E) Proporcionar um canal prontamente acessível para contribuições locais;
- F) Ajudar a garantir que os benefícios do projeto sejam adequadamente compartilhados;
- G) Promover parcerias com organizações comunitárias, prefeituras, ONG's e outras organizações e instituições;
- H) Estimular a capacidade de proposição e implementação de soluções conjuntas entre as diversas partes interessadas, para que possam trocar informações em torno das temáticas da Educação Ambiental;
- I) Iniciar um processo de formação de uma consciência ambiental coletiva e diferenciada, possibilitando e facilitando o compromisso da comunidade com

- a conservação do ambiente natural e cultural, com ênfase na aplicação dos 4 Rs – Respeitar, Reduzir, Reciclar e Reaproveitar;
- J) Induzir a mudanças de hábitos e de comportamento da sociedade como um todo;
- K) Criar estímulo à participação da sociedade para discutir as políticas públicas.



Figura 2: Diagrama dos objetivos

4 DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DIVULGAÇÃO DO PERS/RN

Diretrizes são orientações ou instruções que definem e regulam um traçado ou um caminho a seguir, como por exemplo, o estabelecimento de um plano, de uma ação, etc. Funcionam como normas de procedimento no sentido de nortear uma ação.

No intuito de orientar e embasar as ações de implementação do PERS/RN, este plano corrobora com as diretrizes do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS):

- A) **Participação comunitária e Controle social** – busca estimular os diversos atores sociais envolvidos para interagir de forma articulada e propositiva na execução do PERS/RN;
- B) **Possibilidade de articulação** – busca a integração de programas, projetos e ações em educação ambiental, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e saúde que promovam o fortalecimento das políticas públicas em saneamento;
- C) **Ênfase na escala da localidade** – que a participação comunitária priorize a escala local, onde os laços territoriais, econômicos e culturais são fortemente ligados às noções de identidade e pertencimento;
- D) **Orientação pelas dimensões da sustentabilidade** – propõe que as intervenções em saneamento estejam atentas às suas diferentes dimensões, sejam elas de natureza política, econômica, ambiental, ética, social, tecnológica ou cultural;
- E) **Respeito às culturas locais** – considera que a diversidade cultural presente no país proporciona uma riqueza de olhares e percepções sobre a realidade que deve ser respeitada na condução do processo;
- F) **Uso de tecnologias sociais sustentáveis** – busca alternativas tecnológicas que levam em consideração o conhecimento popular e a aplicação de técnicas simples, de baixo custo e impacto, e que podem ser mais apropriadas, eficientes e eficazes frente à realidade de uma dada localidade.

5 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O estado do RN é composto por 167 municípios e tem como capital a cidade do Natal, ocupa uma área de 52.811,047 km², equivalente a 0,62% do território brasileiro. Possui uma população de 3.168.027 habitantes, com uma densidade demográfica 59,99 hab./km² (IBGE, 2010) e um IDHm de 0,684 (PNUD, 2013).

O estado do RN está inserido na região nordeste limitando-se ao norte e a leste com o oceano Atlântico, ao sul com o estado da Paraíba e a oeste com o estado do Ceará.



Figura 3: Localização do Estado do Rio Grande do Norte.
 Fonte: IDEMA, 2013.

O Rio Grande do Norte é um Estado inserido na região semiárida do Brasil tendo em sua extensão uma diversidade de recursos naturais que se destacam na paisagem, como o relevo, o clima, a vegetação e a hidrografia.

Pode-se perceber quatro tipos de clima no RN (Figura 4): **Clima Árido** - localizado na parte central e litoral setentrional, prolongando-se numa faixa estreita, quase contínua, até o extremo sul do estado, abrangendo uma área total de 18% da superfície estadual. Não apresenta excedente de água durante todo o ano; **Clima Semi-Árido** - domina, de forma quase contínua, todo o interior do estado, onde a

oeste se prolonga até o litoral setentrional, perfazendo uma área de 57% da superfície estadual. Apresenta um excedente de água inferior a 40 mm durante os meses de março e abril; **Clima Sub-Úmido Seco** - localizado, em parte, no litoral oriental e nas áreas serranas do interior do estado; este clima abrange 20% da superfície estadual. Possui um excedente de água que vai de 150 a 450 mm durante os meses de março a junho aproximadamente e; **Clima Úmido** - localizado no litoral oriental, engloba as estações pluviométricas de Natal, São José de Mipibu e Canguaretama, perfazendo 5% da área estadual. A estação pluviométrica de Natal apresenta um excedente de água de 1040 mm, distribuído de fevereiro a julho, enquanto as estações de Canguaretama e São José de Mipibu têm um excedente de água de 400 mm, distribuído de abril a julho (IDEMA, 2013).

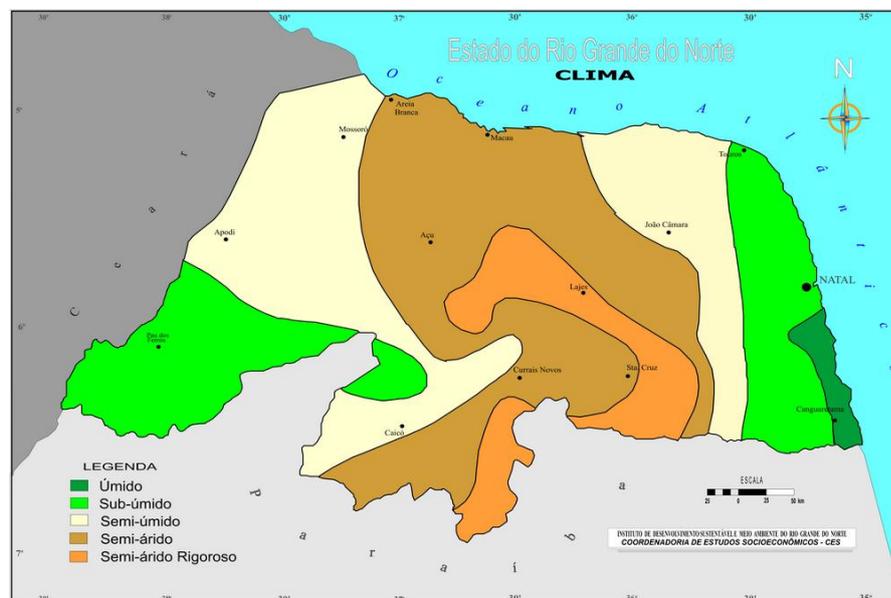


Figura 4: Tipos de clima no Rio Grande do Norte.
 Fonte: IDEMA, 2013.

Quanto a vegetação observa-se, dentre outras, as seguintes formações vegetais (IDEMA, 2013):

- A) **Floresta Ciliar sem Carnaúba** - presente ao longo dos rios do litoral oriental em uma faixa cuja largura não ultrapassa algumas dezenas de metros, mantém contato com as florestas semidecíduas e decíduas e com os manguezais. Acima do município de Extremoz, a Floresta Ciliar é o único tipo florestal presente ao longo dos rios que desembocam no litoral oriental e, algumas vezes, nas várzeas e margens de lagoas. Por ser uma floresta densa e exuberante, a duração do período chuvoso tem importância

- secundária, de vez que sua fonte de água está presente nos lençóis subterrâneos e na água dos rios e várzeas;
- B) **Floresta Subcaducifolia** (incluindo Cerrados, Formações Florestais Secundárias, Caatinga Hipoxerófila e Floresta Subcaducifolia) – Floresta Decídua - ocupa uma estreita faixa entre a zona úmida e o sertão e, também, o topo e as encostas das serras do interior (Serra de Santana, Serra de João do Vale, Serra do Mel, Serra de Martins e Serra de São Miguel). É composta por espécies que indicam uma posição fitogeográfica intermediária entre os biomas da Floresta Atlântica e da Caatinga, no entanto a classificação dessa floresta nessa categoria é provisória, visto que a ausência de levantamentos florísticos nesses locais dificulta seu posicionamento fitogeográfico;
- C) **Caatinga Hipoxerófila** – Caatinga Arbustiva – excluída a região do Seridó oriental, esta formação vegetal recobre toda a porção centro-meridional do Estado. Tem por características a completa ausência de folhagem em grande parte da estação seca e a dificuldade de penetração em função de sua densidade;
- D) **Caatinga Hiperxerófila** – Caatinga Arbustivo-Arbórea – apresenta-se principalmente na porção setentrional do Estado e caracteriza-se por ser uma vegetação densa e de estrutura irregular, muitas vezes formando moitas e descobrindo parcialmente o solo. Durante a maior parte do período seco permanece sem folhas;
- E) **Caatinga Hiperxerófila e Subdesértica “Seridó”** – Caatinga Aberta do Seridó – as áreas abrangidas por esta formação vegetal estão no Seridó oriental. O estrato herbáceo apresenta-se bastante desenvolvido, formando, em algumas áreas, um tapete bastante denso. No período seco as ervas morrem e os arbustos perdem suas folhas;
- F) **Caatinga Hiperxerófila** (incluindo Floresta Ciliar de Carnaúba) – Floresta Ciliar com Carnaúba (Carnaubal) - presente nas baixadas mais úmidas e várzeas dos rios da porção setentrional do Estado, tem como trechos de maior extensão àqueles situados ao longo dos rios Apodi-Mossoró e Piranhas-Açu. A carnaúba é a espécie que predomina sobre as demais. Caracteriza-se por possuir uma vegetação bastante compacta e de difícil penetração, tanto pelas condições do terreno, muitas vezes alagado, como

- também pela proximidade de palmeiras novas e de outras espécies vegetais de menor porte. Durante a estação de seca a principal fonte de água é o lençol freático;
- G) **Cerrados** – Cerrado – conhecidos regionalmente como “vegetação dos tabuleiros” ou “vegetação dos tabuleiros costeiros”, estão presentes nos baixos platôs (tabuleiros) do litoral oriental, sendo os trechos mais extensos àqueles localizados na porção sudeste, nos municípios de Canguaretama e de Pedro Velho, assim como na porção nordeste, acima do rio Potengi. Possui o aspecto de uma savana composta por arvoretas e arbustos isolados ou por moitas entremeadas por um tapete onde predominam as gramíneas;
- H) **Floresta de Várzea e Campos de Várzea** – Campos de Várzea – sua distribuição em terras potiguares é bastante restrita, ocorrendo somente nas áreas onde a água doce freqüentemente inunda o solo, que permanece úmido durante todo o ano, sendo mais comum ao longo do litoral, às margens de rios e lagoas;
- I) **Formações das Praias e Dunas** – Dunas e Praias – ocupa uma estreita faixa ao longo de todo o litoral, com exceção das áreas ocupadas por manguezais, compondo a vegetação das dunas móveis e das praias, que aliada à vegetação das dunas fixas são conhecidas como vegetação de restinga. Sua característica principal é que, ocorrendo sobre areias de origem marinha, são diretamente influenciadas pela salinidade e pelos ventos intensos;
- J) **Formações Halófilas e Áreas Desprovidas de Vegetação** (incluindo Caatinga Hiperxerófila e Floresta Ciliar de Carnaúba) – Campos Salinos – as formações halófilas são aquelas que estão adaptadas aos ambientes salinos e periodicamente inundadas pela água do mar, estando presentes nas planícies flúvio-marinhas dos rios Apodi-Mossoró e Piranhas-Açu;
- K) **Manguezal** - presente ao longo do litoral, principalmente nos estuários, em suas porções alagadiças e sujeitas à influência da maré, estende-se até as regiões onde existe água salobra, resultante do encontro da água do mar com a água dos rios. Sua importância está na expressiva quantidade de peixes e crustáceos que vivem em suas águas. Por fim, a hidrografia do Estado é marcada por rios intermitentes, ou seja, rios que secam em um período do ano em decorrência do desprovimento de chuvas. Dentre os rios que

compõem a hidrografia, os principais são: Mossoró, Apodi Assu, Piranhas, Potengi, Trairi, Jundiá, Jacu, Seridó e Curimataú.

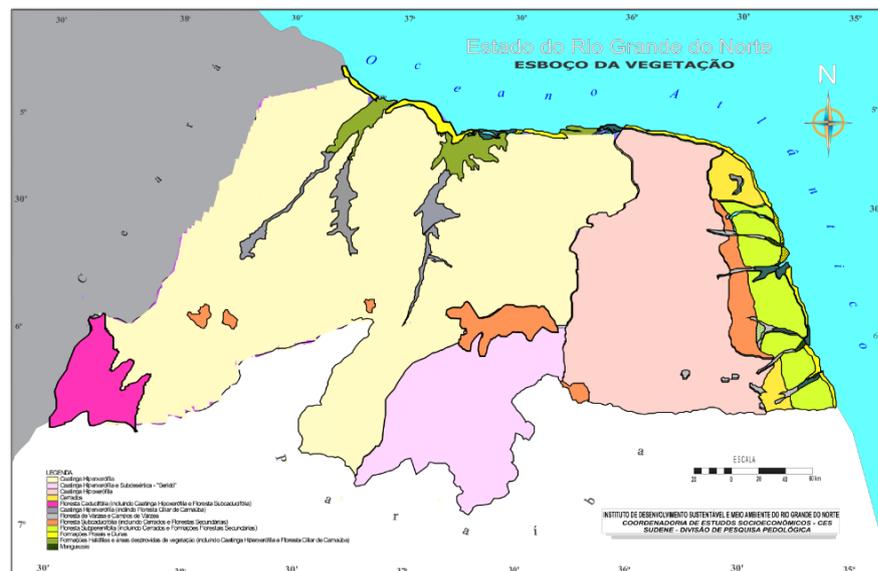


Figura 5: Tipos de vegetação no Rio Grande do Norte.
Fonte: IDEMA, 2013.

Dentre os vários tipos de solos do Estado, podemos destacar (IDEMA, 2013):

- A) **Luvisolos** (Solos Bruno Não Cálcidos) – ocupam a parte centro sul do Estado e caracterizam-se por serem de rasos a pouco profundos, de relevo suavemente ondulado, são moderadamente ácidos a praticamente neutros estando relacionados principalmente com os biotita-gnaisses. Estes solos são ricos em nutrientes, no entanto o seu uso é restrito em virtude de estarem localizados, em sua maioria, no sertão, onde as chuvas assim como o relevo e a profundidade efetiva são fatores restritivos;
- B) **Latossolo Vermelho Amarelo** – estende-se por quase todo o litoral do Rio Grande do Norte e caracteriza-se por apresentar solos profundos, acima de um metro, bem drenados, porosos, friáveis, com baixos teores de matéria orgânica e predominantemente ácidos;
- C) **Neossolos** (Areias Quartzosas, Regossolos, Solos Aluviais, Solos Litólicos) – ocupam também quase todo o litoral e a margem dos principais rios. São solos não hidromórficos, arenosos, desde ácidos até alcalinos e excessivamente drenados, tanto na forma muito profunda, as Areias Quartzosas, quanto na forma rasa e pouco profunda, os Litólicos, com fertilidade que vai de baixa, nas Areias Quartzosas, a alta, nos Litólicos;

- D) **Planossolos** (Soloncharks–Sálico, Solonetz–Solodizado) - estão presentes em pequenas áreas do Estado, são solos de rasos a pouco profundos, com limitação de moderada a forte para uso agrícola, em consequência das más condições de drenagem do solo e dos teores de sódio trocável, que variam de médio a alto;
- E) **Argissolos** (Podzólico Vermelho-Amarelo) – ocupam, principalmente, a região do Alto Oeste. Caracterizam-se por serem solos medianamente profundos a profundos, fortemente a moderadamente drenados, com baixos teores de matéria orgânica, possuindo grande potencial agropecuário;
- F) **Cambissolo Eutrófico** – característico de áreas de relevo plano a fortemente ondulado, sob a vegetação de caatinga hipo e hiperxerófila, são solos rasos a profundos, bem drenados, desenvolvidos a partir de diversas rochas, como calcário, granito e migmatito;
- G) **Solos de Mangue** – presentes nas desembocaduras dos rios, como o Potengi e o Curimatáu, caracterizam-se por apresentar salinidade e grande quantidade de matéria orgânica;
- H) **Chernossolos** (Rendzinas) – localizados na chapada do Apodi, são solos alcalinos rasos moderados a imperfeitamente drenados e derivam de calcários.

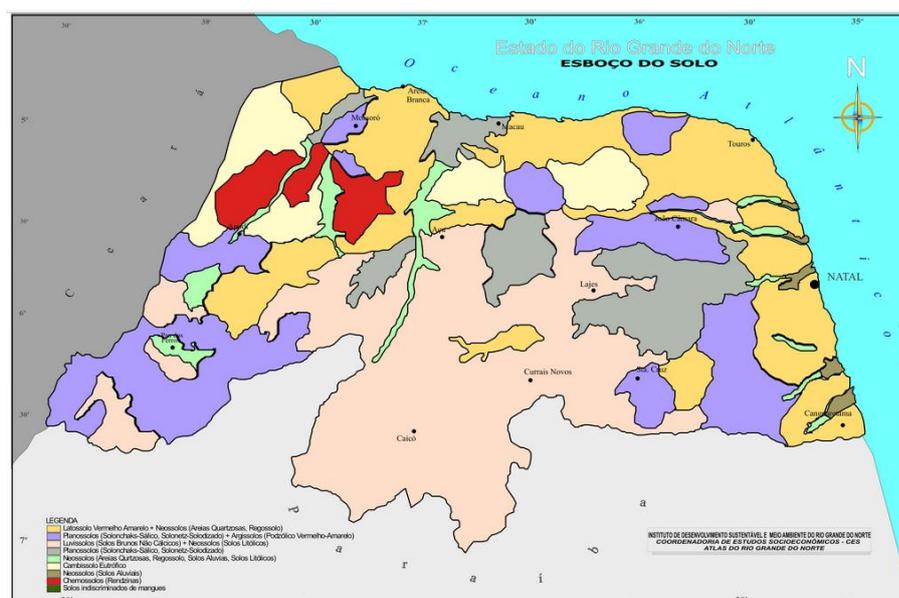


Figura 6: Tipos de solos no Rio Grande do Norte.
 Fonte: IDEMA, 2013.

Quanto ao relevo, a superfície do RN é formada, em grande parte, por um relevo plano; aproximadamente 83% do espaço geográfico estadual não ultrapassam 300 metros acima do nível do mar. É composto por duas unidades de relevo: terras baixas e planalto (FREITAS, 2014).

As principais formas do relevo potiguar são (IDEMA, 2013):

- A) **Planície Costeira** – estende-se por todo o litoral do Estado e é formada por praias que se limitam de um lado com o mar e do outro com os tabuleiros costeiros, apresentando, ainda, a formação de dunas. Em sua extensão encontram-se as principais praias de nosso litoral: Ponta Negra, Pirangi, Genipabu, Pipa, Galinhos etc;
- B) **Planícies Fluviais** – terrenos baixos e planos, situados às margens dos rios. São conhecidos também por vales, como o Vale do Açú e o Vale do Rio Ceará-Mirim, e por várzea, inundados pela enchente dos rios Ceará-Mirim, Potengi, Trairi etc;
- C) **Tabuleiros Costeiros** – também denominados de planaltos rebaixados, são formados basicamente por argila e possuem áreas planas e de baixa altitude. Estão localizados próximo ao litoral, às vezes chegando até o mar, como em Barra de Tabatinga e em Pipa;
- D) **Depressão Sub-Litorânea** – são os terrenos rebaixados localizados entre os Tabuleiros Costeiros e o Planalto da Borborema;
- E) **Planalto da Borborema** – formação que se estende por terras potiguares, paraibanas e pernambucanas, aqui estão localizadas as serras e os picos mais altos do Estado;
- F) **Depressão Sertaneja** – são os terrenos baixos situados entre as partes mais altas do Planalto da Borborema e da Chapada do Apodi;
- G) **Chapada do Apodi** - são terrenos planos, ligeiramente elevados e que são cortados pelos rios Apodi-Mossoró e Piranhas-Açú;
- H) **Chapada da Serra Verde** – formação que também apresenta terrenos planos e ligeiramente elevados localiza-se entre os Tabuleiros Costeiros e o relevo residual do chamado “Sertão de Pedras”, estendendo-se pelos municípios de João Câmara, Jandaíra, Pedra Preta, Pedro Avelino e Parazinho.

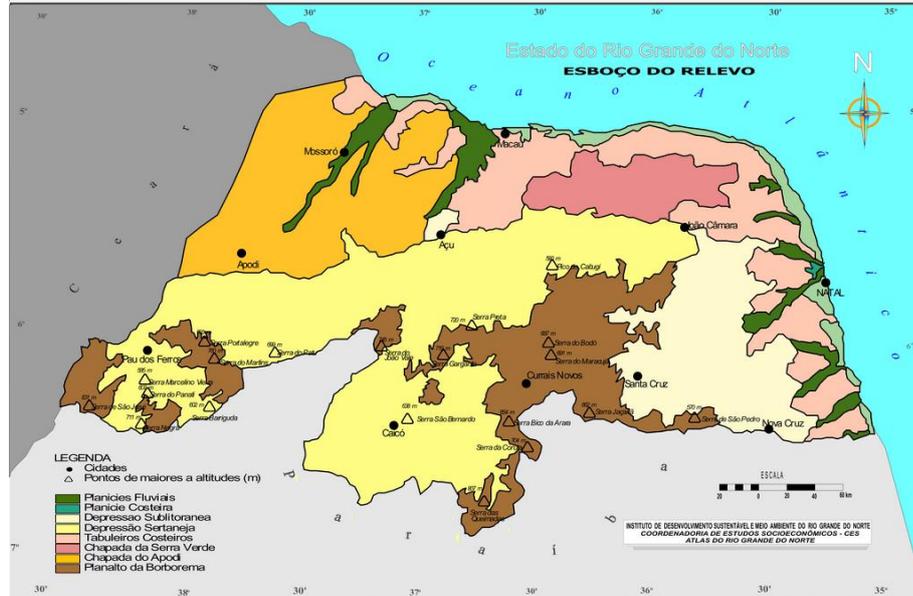


Figura 7: Tipos de relevo no Rio Grande do Norte.
 Fonte: IDEMA, 2013.

6 METODOLOGIA

O presente Projeto de Mobilização Social e Divulgação se suporta no uso de metodologias e procedimentos que visam a sensibilização e mobilização de uma ampla parcela de atores envolvidos direta e indiretamente com a temática dos resíduos sólidos em todo o Estado. A metodologia representa a concepção de um sentido pedagógico coletivo capaz de mobilizar os atores sociais para o desafio da elaboração do PERS/RN.

A metodologia a ser desenvolvida e as atividades sugeridas seguem a orientação da Lei nº 11.445/2007, do Estatuto da Cidade e do PEAMSS que reconhecem que a participação social é a forma mais adequada de se legitimar qualquer ação que tenha impacto na vida da população, seja de uma rua, de um bairro, de um município, de uma região, de um estado, e até mesmo de um país. O envolvimento das comunidades reveste-se de grande importância, sobretudo quando se considera que o PERS prevê um conjunto de ações necessárias à consecução dos objetivos propostos para a universalização dos serviços de resíduos sólidos num horizonte de vinte anos, necessitando da ampla adesão da população para torná-lo efetivo.

Todavia, entende-se que existem diversas formas de participação da sociedade e a sua definição é fundamental para o sucesso do processo participativo, esperando obter mudanças que podem ser assim resumidas:

- A) Visão renovadora do Poder Público, de partilhar poder com os diferentes segmentos sociais;
- B) Instituição de canais participativos com implementação de processos contínuos, integrados e descentralizados;
- C) Regras claras, decididas coletivamente, para a participação em todo o processo, estabelecendo os fóruns consultivos e os deliberativos, os canais permanentes e os temporários, os momentos de abertura e discussão, os momentos de sistematização;
- D) Produção de informação sobre a realidade urbana e rural em linguagem acessível e transparente, democratizando o acesso à informação.

Além disso, demanda-se que a mobilização social seja um processo permanente de transformação social, contribuindo no apoio à sociedade para a participação e para o exercício democrático do controle social em ações voltadas para o setor de resíduos sólidos, tendo como propósito repassar informações, provocar mudança de valores e atitudes e sensibilizar o munícipe acerca da problemática dos resíduos sólidos, seja durante a elaboração do presente projeto, seja para implementação do PERS.

6.1 Instâncias de Coordenação e Participação

A definição da estrutura metodológica do PERS/RN contempla duas instâncias de coordenação, conforme discriminado abaixo:

6.1.1 Comitê Gestor

Poderá ser formado por gestores das principais instituições envolvidos no tema, sendo responsável pelo acompanhamento da elaboração do Plano. Para compor o grupo sugerem-se os órgãos listados abaixo:

- A) Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do RN (SEMARH);
- B) Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN (IDEMA);
- C) Secretaria Estadual da Educação e da Cultura (SEEC);
- D) Secretaria Estadual da Saúde Pública (SESAP);
- E) Secretaria Estadual do Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS);
- F) Comitês de Bacias Hidrográficas.

Recomenda-se que o Comitê Gestor seja nomeado por ato oficial e integrado por representantes das instituições do Poder Público Municipal e Estadual relacionadas com a gestão dos resíduos sólidos. O Comitê Gestor deverá:

- A) Aprovar o Projeto de Mobilização Social e Divulgação;
- B) Avaliar periodicamente o trabalho produzido;

- C) Sugerir alternativas, do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, buscando promover as ações integradas de gestão de resíduos sólidos;
- D) Contribuir na concepção de estratégias e mecanismos que assegurem a implementação do PERS;
- E) Analisar e aprovar os produtos da consultoria contratada.

6.1.2 Núcleo de Consultoria

Composto pela equipe da empresa Brencorp Consultoria em Meio Ambiente Ltda., tendo como competência não apenas a articulação direta dos trabalhos, como também a responsabilidade de integração das demais equipes. Deverá ainda, apoiar, no sentido de contribuir com a elaboração de documentos, diagnóstico da situação, concepção dos programas, projetos e ações, mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação, relativos ao PERS.

6.1.3 Conselhos Gestores de Políticas Públicas

Serão canais efetivos de participação que permitirá um diálogo qualificado com os diversos conselhos municipais e estaduais de políticas públicas setoriais (Conselho de Meio Ambiente, Conselho de Saúde, Conselho de Educação, etc.) com o objetivo de debater aspectos relacionados aos resíduos sólidos.

6.1.4 Consulta Pública

Utilizando-se da internet, a consulta pública comporta a possibilidade de uma ampla discussão sobre o PERS, permitindo que a população contribua para o aperfeiçoamento do Plano de forma democrática e transparente, além disso, é um sistema de coleta de opiniões que opera de forma fácil, ágil e de baixo custo.

6.2 Atividades a Serem Desenvolvidas

6.2.1 Encontros Técnicos

Atividades a serem desenvolvidas para discussão de temas específicos demandados pelo processo de elaboração do PERS e que necessitem envolver atores de diversas instituições. Também para se buscar informações ou atualizar conhecimentos sobre algum tema pode-se recorrer a organização de eventos técnicos, tais como: workshop, seminário, mesa redonda, oficinas ou reuniões.

A) **Objetivo**

Suscitar o debate sobre questões do PERS ou sobre determinados temas, visando levantar informações pertinentes ou buscar atualizar conhecimentos sobre algum aspecto técnico importante.

B) **Metodologia a ser Adotada**

- Apresentação dos objetivos da reunião ou do evento;
- Esclarecimentos sobre os objetivos do PERS;
- Exposição do assunto ou tema, seguido de debate e conclusão;
- Criação de espaços democráticos de participação;
- Garantia da participação de todos os envolvidos;
- Sistematização das participações mediante registro documental e fotográfico.

C) **Periodicidade e Tempo de Duração**

Para os encontros técnicos não há uma periodicidade definida, ocorrerão sempre que o processo determinar sua necessidade. O tempo de duração para cada encontro será de aproximadamente 120 minutos, a serem distribuídos de forma pactuada entre a coordenação e os participantes, no início de cada evento, com o objetivo de disciplinar sua programação.

6.2.1 Consulta Pública

Atividade destinada à apreciação da versão preliminar do PERS por parte da população norte-rio-grandense que será motivada a dar contribuições, por meio do site da SEMARH.

A) **Objetivo**

Obter sugestões da população sobre a construção do PERS, garantindo, desde que possível legal e tecnicamente, que suas opiniões e necessidades sejam contempladas no Plano.

B) **Metodologia a ser Adotada**

Será criada nos sites dos Municípios uma seção específica para o PERS, de fácil localização das informações para a coleta e divulgação dos resultados da Consulta Pública.

C) **Responsáveis pela Consulta Pública**

Para a Consulta Pública, a Brencorp Consultoria em Meio Ambiente Ltda. fornecerá, em meio magnético, através de CD-Rom, os relatórios elaborados à SEMARH, para que esta possa divulgar os materiais em sua página virtual e distribuí-los entre os municípios potiguares para divulgação.

6.3 Formas de Mobilização

Mobilizar é um ato de agir em prol de uma causa comum; significa, ainda, o ato de convocar voluntários a um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados. Ou seja: mobilizar é um ato de liberdade, que depende da paixão dos envolvidos, para atuarem com precisão, foco e razão, a partir de ferramentas de comunicação (FERNANDES, 2010).

No entanto, é necessário que todos os atores sociais busquem uma solução conjunta, procurando mobilizar-se e estudar desde o passado até o futuro de suas cidades, no intuito de conhecer a história, ou seja, como o município chegou à situação atual; o presente, por meio do diagnóstico, e o futuro com proposições de melhoria para a sociedade.

Dessa forma, este plano propõe uma metodologia de mobilização para que todos os municípios promovam seus estudos e busquem alternativas peculiares a cada um dos seus, tendo, como um dos fins comuns, um destino técnico e ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Para mobilizar uma sociedade é importante que antes o mobilizador tenha em mente o porquê da mobilização, devendo seguir uma espécie de passo a passo para

nortear suas ações, despertando nas pessoas questionamentos relacionados com seu passado, presente e futuro.

O professor Bernardo Toro (2014) traz à baila alguns pontos importantes que devem ser levados em consideração no ato da mobilização, no sentido de possibilitar a discussão dos problemas mais comuns e as formas de resolvê-los. Ele destaca que:

O profissional que se propõe a articular as diferentes instâncias necessárias para concretizar a mobilização social, conceitualmente, está atrelado ao **produtor social**, ou seja, **aquela instituição que tem a idéia, organiza as equipes técnicas, organiza as finanças e seleciona os atores para desenvolver o imaginário e sensibilizar os reeditores.** (grifo nosso)

Ressalta ainda que este profissional deva apresentar as seguintes características (dentre muitas outras): saber como construir um imaginário; entender como identificar e instrumentalizar os reeditores; saber de que forma o reeditor pode ter uma participação efetiva no imaginário e compreender como gerar processos de coletivização dentro de seus reeditores.

Para o professor Bernardo Toro (2014) cabe ao produtor social entender o campo de atuação dos reeditores, suas particularidades e conflitos. A produção de todos os recursos de comunicação se dará a partir da identificação do perfil majoritário destes reeditores.

Os reeditores (pessoas-chave) são pessoas com público próprio. Amplia teu conceito e abrange qualquer pessoa capaz de se apropriar de informações, alterá-la conforme suas percepções, filtrar o que considera certo e errado e, principalmente, que quando fala, o produto destas alterações, é ouvida. Costureiras, cabeleireiros, professores, médicos e advogados, qualquer pessoa que tenha voz na comunidade, não só institucionalizada, mas reconhecida também.

Para identificar um reeditor devem ser observados três requisitos: trata-se de uma pessoa que tem um público próprio, cativo, mesmo que não exclusivo; é uma pessoa que pode negar, transmitir, introduzir e criar sentimentos e ainda é capaz de modificar as formas de pensar, sentir e atuar de sua comunidade.

O reeditor estará disposto a participar de uma mobilização quando estiver sensibilizado pelo imaginário e quando compreender seu papel, identificar o que possa fazer para viabilizar a mudança. O imaginário, portanto, deve despertar a

paixão no reeditor. Dessa forma, a mobilização vai ocorrer quando os reeditores, em seu trabalho cotidiano, estão tomando decisões, desenvolvendo discursos e atuando em função de um imaginário. Neste momento há mobilização.

Para tanto, o mobilizador deve ter em mente a construção do imaginário, com vistas a estimular a sociedade na participação e construção do PERS, lembrando que não há imaginário construído em cima de um problema que não existe, que não seja sentido e que não haja interesse de solução. Nessa perspectiva, a população deve ter muito claro os problemas decorrentes de disfunções e/ou não conformidades na gestão dos resíduos sólidos e a responsabilidade de cada um nesse processo.

Outro destaque é a identificação, mobilização e instrumentalização dos reeditores, pois eles devem ser capazes de adequar a informação às referências da comunidade na qual está inserido, particularizando a comunicação, dando respaldo e segurança.

Deve-se levar em consideração a identificação do reeditor com os demais reeditores que atuam sob o mesmo imaginário, devendo-se reconhecer como parte do mesmo grupo social.

A construção da coletividade através da interação entre os reeditores com o mesmo imaginário consolida o projeto de mobilização social e estrutura a rede de atuação destes atores. A partir desta rede de reeditores, os processos de instrumentalização, ou seja, a forma com que a informação será repassada aos reeditores e dos reeditores para as comunidades torna-se, em grande parte, autônoma.

Ao produtor social cabe entender o campo de atuação dos reeditores, suas particularidades e conflitos. A produção de todos os recursos de comunicação se dará a partir da identificação do perfil majoritário destes reeditores.

Para este trabalho entendemos que o produtor social é a empresa Brencorp, o mobilizador é um profissional que pode ou não está atrelado a empresa e os reeditores, como já explicitado, são pessoas da própria comunidade.

Para mobilização e discussão do desenvolvimento do PERS, este Plano tem quatro fases, a saber: oficina com os técnicos dos órgãos municipais; apresentação e validação do diagnóstico; apresentação das proposições e validação do PERS e elaboração de agendas setoriais de implementação do PERS.

6.3.1 Primeira Fase

A primeira fase do processo de Mobilização se dá com as oficinas sobre legislação apresentada aos técnicos dos órgãos municipais, com objetivo de informar e sensibilizar os técnicos acerca da importância do arcabouço legal do tema resíduos sólidos. As oficinas acima mencionadas, conforme o Termo de Referência deverão ocorrer uma em cada um dos seguintes municípios: Natal, Mossoró, Caicó, Assú, Paus dos Ferros, Santa Cruz e João Câmara.

6.3.2 Segunda Fase

A segunda fase refere-se à elaboração do diagnóstico da situação dos resíduos sólidos no RN e apresentação em oficinas para validação do mesmo.

Conforme o Termo de Referência devem acontecer sete oficinas para validação do panorama dos resíduos sólidos, sendo uma em cada um dos seguintes municípios pólos: Natal, Mossoró, Caicó, Assú, Paus dos Ferros, Santa Cruz e João Câmara, objetivando abranger todo território norte-rio-grandense.

Nesta fase, cabe destacar que o foco da mobilização passa por toda a sociedade civil, como as famílias; os diversos conselhos; instituições de ensino, grupos religiosos, o setor privado, dentre outros.

Para que se possa vislumbrar o futuro, enxergando além dos limites do presente, é preciso começar compreendendo o passado. Assim, o diagnóstico deve apresentar um concatenamento entre o passado e o presente.

Para esta meta deverá ser considerado o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos do Estado, que foi elaborado em 2009, em decorrência da execução do objeto do Convênio 002/2008 – MMA.

A segunda fase deve conter minimamente as seguintes informações:

- A) **Diagnóstico da Gestão:** será base orientadora para os prognósticos, para a proposição dos cenários, para a definição de diretrizes e metas e do detalhamento de seus programas, projetos e ações;
- B) **Caracterização Socioeconômica e Ambiental:** deverá ser realizada a atualização da identificação, da avaliação e da apresentação dos fatores e

- dos dados relativos à situação socioeconômica e ambiental, relacionados à gestão dos resíduos sólidos;
- C) **Atividades Geradoras de Resíduos Sólidos:** deverão ser realizados levantamentos, avaliações e mapeamentos dos empreendimentos ou atividades mais significativos sob o ponto de vista de abrangência (quando a área ocupada pela atividade envolve mais de um município) ou cuja expressão na economia estadual é relevante ou, ainda, quando o impacto ambiental decorrente extrapola o âmbito local ou municipal de acordo com as vocações econômicas do Estado, apresentando o contexto atual (inclusive sobre as condições do licenciamento ambiental desses empreendimentos), limitações ou fatores de expansão e projeções das atividades produtivas por setor;
- D) **Situação dos Resíduos Sólidos:** deverá ser formulado, partindo da coleta de informações básicas já disponíveis, aprofundadas mediante visitas de campo e gradativamente complementadas com as informações decorrentes dos levantamentos específicos e de vistorias, consultas, atualizações bibliográficas e cartográficas, além dos dados obtidos pela Contratada por outras metodologias;
- E) **Áreas Degradadas e Órfãs:** esta etapa deverá resultar no levantamento e identificação das áreas degradadas e órfãs. Na apresentação deverá ser detalhada sua localização, seu proprietário, suas características físicas e ambientais.

6.3.2.1 Atores Sociais com Possibilidades de Cooperação

É objetivo do PERS/RN envolver a população de todos os 167 municípios que compõem o Estado, de forma direta e indireta, considerando a participação dos mais diferentes segmentos sociais.

Os atores e segmentos sociais estratégicos podem ser identificados pela importância e contribuição no pensar para as questões inerentes ao planejamento e a gestão dos resíduos sólidos. Para que o processo de elaboração do PERS/RN ocorra de maneira adequada destaca-se a importância dos atores assumirem seus papéis: social, econômico e político, pois são os atores que mais conhecem a

realidade dos resíduos sólidos em sua região e podem efetivamente refletir sobre tal questão e propor estratégias oportunas, eficientes e eficazes de intervenção na realidade.

- A) Os atores diretos são aqueles que têm de forma objetiva alguma relação com a questão de resíduos sólidos. Estão incluídos como atores diretos: organizações públicas e privadas (sociais, econômicas, políticas e culturais), conselhos profissionais e municipais, movimentos populares e sociais, lideranças comunitárias e demais interessados que desejam participar;
- B) Os atores indiretos são considerados aqueles agentes que se relacionam com a temática de resíduos sólidos de forma passiva, embora seja objetivo do processo transformar grande parte dos atores indiretos em atores diretos, comprometidos com as questões sanitárias e ambientais.

Nesse sentido, são valiosas as contribuições desses atores sociais em termos de:

- A) Divulgação ampla e implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do RN;
- B) Cumprimento das parcerias entre o Poder Público, a sociedade civil e o setor privado;
- C) Superação dos desafios e problemas para que o RN elabore e programe a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos em seu amplo espectro de atuação;
- D) Sensibilização e conscientização sobre as possibilidades de sustentabilidade socioambiental dos resíduos sólidos como um capítulo especial do saneamento básico;
- E) Contribuição para o encerramento das atuais formas de disposição inadequada de resíduos sólidos e de áreas órfãs degradadas e assim cumprir adequadamente às exigências previstas na Lei Federal Nº 12.305/2010.

6.3.3 Terceira Fase

A terceira fase traz à baila a construção das proposições, sua apresentação e validação do PERS/RN. Com base nos diagnósticos elaborados na segunda fase, as

equipes de trabalho darão prosseguimento à construção da visão de futuro da situação dos resíduos sólidos, concentrando-se, agora, na projeção do cenário desejado.

Ao longo do processo de consolidação da visão de futuro, a atuação dos grupos de trabalho, assim como na segunda fase, sempre estará aberta e vinculada à participação da comunidade. Nesta terceira fase será apresentado um planejamento de ações do PERS, compreendendo a elaboração da proposta de prospecção e cenários de referência para compor o Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

Como sugerido na meta anterior, para a execução desta, também deverá ser considerado o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos do Estado, que foi elaborado em 2009, em decorrência da execução do objeto do Convênio 002/2008 – MMA. Neste caso, fica evidente a necessidade de um estudo de prospecção e escolha de cenário de referência, já que no estudo de 2008 não contempla o cenário de mudanças na estrutura municipal, como as perspectivas do quadro político com as eleições de 2012.

Outro aspecto importante é que a prospecção estará mais detalhada em nível de abrangência municipal, o que não ocorreu no prognóstico anterior.

Deverão ser elaborados, no mínimo, dois cenários, levando em consideração os aspectos voltados para proposições de ações de curto, médio e longo prazo, estudos de viabilidade econômica, jurídica e institucional, que objetive a descrição de um futuro possível, imaginável ou desejável, a partir de possíveis perspectivas de eventos, capazes de mostrar a transformação da situação de origem até a situação futura, buscando planejar tais perspectivas e, conseqüentemente, intervir para atingir um objetivo pré-determinado.

Após esta fase, serão traçadas as diretrizes e estratégias para implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS).

O conjunto de estratégias e diretrizes devem assegurar a implementação do Plano e garantir o alcance das condições apontadas pelo cenário escolhido. As estratégias e diretrizes traçadas deverão representar os principais caminhos e orientações sobre componentes fundamentais que, sem esse direcionamento, podem comprometer o atendimento das condições favoráveis à implementação do Plano.

Para definir as estratégias e diretrizes o PERS deve apresentar, no mínimo, as informações a seguir:

- A) Diretrizes para regiões metropolitanas, aglomerações e microrregiões;
- B) Proposição para disposição final de rejeitos;
- C) Proposição de medidas em áreas degradadas;
- D) Metas para a gestão dos resíduos sólidos;
- E) Programas, projetos e ações;
- F) Investimentos e fontes de financiamento;
- G) Sistemática de controle e avaliação da implementação.

Conforme o Termo de Referência, devem acontecer sete audiências públicas para validação e apresentação do PERS, sendo uma em cada um dos seguintes municípios polo: Natal, Mossoró, Caicó, Assú, Paus dos Ferros, Santa Cruz e João Câmara, objetivando abranger todo território norte-rio-grandense.

6.3.4 Quarta Fase

Por fim, a quarta e última fase remete ao lançamento e divulgação do PERS, visando a publicidade do referido plano, a ocorrer no município do Natal/RN.

6.4 Comunicação e Divulgação

Para uma mobilização eficaz e eficiente que realmente estimule e desperte o interesse dos atores em participar do processo de elaboração do PERS, é importante utilizar diversos instrumentos de comunicação e divulgação, utilizando-os como estratégias de divulgação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. A seguir são sugeridos alguns instrumentos de comunicação e divulgação:

A) Material Informativo

Previamente, se definiu a produção e edição de materiais impressos, por seu caráter mais duradouro e facilidade de armazenamento. São materiais de textos sintéticos, em linguagem simples e direta, acessível aos diversos segmentos sociais, objetivos e complementados por imagens que ajudam a compreensão do conteúdo.

- Cartazes

Material impresso de divulgação que traz de forma objetiva, atraente e de fácil compreensão informações sobre o que é um plano de resíduos sólidos e sua importância como instrumento de planejamento.

- Faixas

Material que serve para divulgação externa, chamando a atenção para algum assunto, como por exemplo, as oficinas.

- Banner

Material impresso que tem como objetivo a divulgação em ambientes fechados. Os banners poderão ser utilizados nos eventos para apresentar visualmente informações concisas sobre o PERS.

- Web Site

A SEMARH poderá divulgar através de sua página e em seção específica os materiais e informações produzidas por ocasião da elaboração do PERS/RN.

6.5 Definição da Metodologia das Plenárias

A plenária das oficinas de resíduos sólidos funcionarão como audiência, consulta pública e capacitação com o objetivo de refletir criticamente sobre o panorama dos resíduos sólidos no estado do RN, destacando os problemas, soluções e ações que visem auxiliar o processo de construção, avaliação e implementação do PERS/RN em bases participativas. Considerando que trabalhar com os resíduos sólidos pressupõe a existência de interesse e conflitos múltiplos, a ideia de reuniões plenárias se coaduna com o espírito democrático e está pautado na mobilização cidadã.

Além da fase de mobilização prévia, as plenárias das oficinas funcionarão por meio dos seguintes momentos metodológicos: credenciamento dos participantes, abertura oficial, painel temático sobre uma das etapas do PERS/RN; interação com os participantes com objetivo de trocar ideias e informações a cerca do assunto e da realidade local; e encerramento com os encaminhamentos.

Vale salientar que cada oficina terá seu relator escolhido previamente pelos componentes da plenária. A função do relator é apresentar os resultados na sessão plenária final. Cada grupo será orientado por um facilitador que coordenará os

trabalhos nesse momento de consulta, discussão e sistematização das ideias. Os facilitadores devem agregar as ideias semelhantes indicadas pelos participantes e sintetizar as propostas aprovadas pelo grupo.

O desenvolvimento das discussões sobre a temática proposta e o uso das técnicas pedagógicas estimulará o engajamento e o comprometimento das pessoas envolvidas, assim como abrirão possibilidades de avaliar o grau de eficiência da gestão pública dos resíduos nos municípios do RN, fortalecendo assim o conceito de responsabilidade compartilhada frente ao tema.

7 MATRIZ DE PLANEJAMENTO

O presente item apresenta a matriz de planejamento para que se possa proceder à avaliação e o acompanhamento das ações do Plano de Mobilização Social. A matriz resume as principais estruturas do PMS, onde estão relacionadas as ações a serem realizadas durante o processo de elaboração do PERS/RN, a metodologia a ser adotada para cada ação, os resultados esperados e os meios de verificação.

O objetivo da matriz de planejamento é sinalizar as ações e os meios necessários para monitorar o andamento do PMS e avaliar os resultados da implementação deste. Assim, será possível que a SEMARH e o Comitê Gestor avaliem o sucesso da implantação do Plano.

Quadro 1: Matriz de Planejamento do PERS/RN

AÇÕES	ASPECTOS METODOLÓGICOS	RESULTADOS E METAS	MEIOS DE VERIFICAÇÕES
1. Plano de Mobilização Social e Divulgação			
Submeter o PMS a aprovação do Comitê Gestor; Realizar oficinas com os técnicos dos municípios.	Considerar a dimensão participativa, uma ação que requer um aprendizado individual e coletivo; Incorporação das contribuições ao texto final do PMS; As oficinas com os técnicos dos municípios tem objetivo de informar e estimular a discussão sobre o arcabouço legal dos resíduos sólidos; O documento final do PMS será encaminhado ao Comitê Gestor para análise e aprovação.	Contribuições feitas pelo Comitê Gestor incorporadas aos textos do PMS; Realização das oficinas com os técnicos dos municípios acerca da legislação de resíduos sólidos; Documento final do PMS aprovado e pago integralmente.	Atas das reuniões com o Comitê Gestor; Relatório da oficina com os técnicos dos municípios; Listas de presença e registros fotográfico.
2. Elaboração do Diagnóstico dos Resíduos Sólidos do Estado do RN			
Divulgar todos os eventos previstos a serem realizados nesta etapa; Disseminar o acesso às informações dos estudos do diagnóstico; Estimular o debate com todos os segmentos participantes através de uma linguagem fácil e acessível; Submeter o Diagnóstico dos Resíduos Sólidos a apreciação dos diversos segmentos participantes.	A coleta de subsídios ao PERS será por meio de pesquisa documental e de campo, bem como durante os diversos eventos previstos no PMS; Os encontros técnicos serão dirigidos aos representantes de instituições e organizações envolvidas com o tema resíduos sólidos; Documento final do diagnóstico encaminhado ao Comitê Gestor para análise e aprovação.	Participação dos órgãos ligados ao tema dos resíduos sólidos; Documento final do Diagnóstico dos Resíduos Sólidos aprovado e pago integralmente.	Atas da reunião com o Comitê Gestor; Listas de presença de todos os eventos realizados; Registro fotográfico dos eventos.
3. Estudo da Prospecção e Escolha de Cenário			
Submeter o documento final, Estudo de prospecção e escolha de cenário, a apreciação do Comitê Gestor; Analisar as limitações e potencialidades existentes no Estado para compor o Plano de Resíduos Sólidos.	Os encontros técnicos serão dirigidos aos representantes de instituições e organizações envolvidas com o tema resíduos sólidos; Documento final, Estudo de prospecção e escolha de cenário, encaminhado ao Comitê Gestor para análise e aprovação.	No mínimo, 02 reuniões com o Comitê Gestor; Participação dos órgãos ligados ao tema dos resíduos sólidos; Documento final, Estudo de prospecção e escolha de cenário aprovado e pago integralmente.	Entrega do Produto 3.
4. Definir Diretrizes e Estratégias para Implementação do PERS			
Apresentar as diretrizes para o norteamo de ações a serem executadas de forma agrupada para a região metropolitana, as aglomerações e as microrregiões, buscando a eficácia para a análise de escala e a otimização na realização dos serviços a serem prestados; Elaborar proposições para destinação final de rejeitos; Propor medidas para áreas degradadas; Propor metas para a gestão dos resíduos sólidos; Propor programas, projetos e ações; Apontar as possíveis fontes de financiamento e respectivos critérios de elegibilidade; Apresentar a sistemática para o acompanhamento, o controle e a fiscalização do Plano.	Disponibilizar documentos e informações em linguagem acessível e clara para a maioria da população; Documento final das diretrizes e estratégias para implementação do PERS encaminhado ao Comitê Executivo para análise e aprovação.	Informações e estudos postados no site; Documento final de Diretrizes e estratégias para implementação do PERS aprovado e pago integralmente.	Ata da reunião com o Comitê Gestor; Listas de presença de todos os eventos realizados.

8 EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Brencorp Consultoria em Meio Ambiente Ltda. dispõe de um corpo técnico especializado com experiência na elaboração de diversos planos e trabalhos relacionados a área de resíduos sólidos no Estado do Rio Grande do Norte. Além de contar com uma equipe de especialistas na área de saneamento ambiental, a empresa possui profissionais que trabalham na área urbanística e ambiental, todos capazes de somar ao conhecimento acadêmico, larga experiência profissional.

O Quadro abaixo relaciona a equipe técnica responsável pelas ações de mobilização social e comunicação social. Em função do andamento dos trabalhos essa equipe inicial poderá sofrer ajustes necessários ao atendimento do cronograma de execução.

Quadro 2: Membros da Equipe Técnica da Brencorp.

NOME	FUNÇÃO
Paulo Gonçalves dos Santos Filho	Coordenador Geral
Alex Alves Loureiro Ferreira	Assistente de Coordenação
Ariel Santana Leão	Assistente de Coordenação
Aldemir de Castro Barros	Especialista em Planejamento Ambiental
Cecília Barthel Carneiro Campello	Especialista em Planejamento Urbano
Maria Wagna de Araújo Dantas	Especialista em Análise Socioeconômica
Urbano Medeiros Lima	Especialista em Direito
Maria Auxiliadora Porto Vasconcelos	Mobilizadora Social
Emília Margareth de Melo Silva	Especialista em Resíduos Sólidos
Luzimar Pereira da Costa	Especialista em Geoprocessamento
Ceres Virgínia da Costa Dantas	Tecnóloga em Gestão Ambiental
Kleybiana Dantas da Rocha	Bióloga
Laudiceia Nascimento de Oliveira	Assistente Administrativa

9 APOIO LOGÍSTICO A SER UTILIZADO

A Brencorp Consultoria em Meio Ambiente Ltda. disponibilizará apoio logístico capaz de proporcionar facilidades ao desempenho das atividades previstas no Termo de Referência, através do provimento de recursos materiais, tecnológicos e equipamentos, de modo que a prestação dos serviços de consultoria seja realizada com agilidade e com a qualidade que a contratante requerer.

9.1 Estrutura Física de Trabalho

As reuniões da equipe ocorrerão na sede ABES/RN, localizada à Av. Engenheiro Roberto Freire, nº 2.108 – Capim Macio – Natal/RN.

9.2 Recursos Materiais, Tecnológicos e Equipamentos

Para plena execução do Plano de Mobilização Social e Divulgação será necessário o uso de recursos materiais, tecnológicos e equipamentos que permitam atingir os objetivos propostos. Para esse fim a Brencorp disponibilizará os itens abaixo relacionados no Quadro 3, ressaltando que todos esses recursos fazem parte da infraestrutura da empresa, podendo ser disponibilizados a medida que os serviços requererem a sua utilização:

Quadro 3: Recursos Materiais, Tecnológicos e Equipamentos que podem ser disponibilizados para a execução do PMS.

	QTD	EQUIPAMENTO
ESCRITÓRIO	02	Notebook
	01	Impressora
	01	Telefone
	-	Softwares
	-	Internet
	-	Material de escritório
	-	Biblioteca
	02	Projektor multimídia
	01	Carro
TRABALHO EM CAMPO	01	Gravador de Voz
	01	Impressora
	04	Notebooks
	02	Câmera fotográfica digital
	06	Pen Drives
	02	Projektor Multimídia
	01	Tela para projeção Retrátíl
	01	Carro

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetiva participação social pressupõe o envolvimento dos vários atores sociais e segmentos intervenientes, buscando a convergência dos múltiplos anseios em torno de consensos no interesse da sociedade civil organizada, envolvendo escolas, gestores públicos, universidades, centros de pesquisa e escolas técnicas, institutos de tecnologia, movimentos sociais, parlamentares, técnicos de variados setores, acadêmicos, agentes comunitários, setor privado, setor jornalístico entre tantos outros atores e segmentos envolvidos com a temática dos resíduos sólidos.

Uma sociedade civil articulada, consciente sobre seus direitos e participante da vida política local é peça chave na sustentação da qualidade de vida e de aspectos sociais importantes, como bons indicadores de educação, renda, saúde e habitação. Sem isso, toda a construção dos pilares dessa sociedade fica constantemente em risco.

A mobilização social visa esta organização, promovendo a inclusão dos mais diferentes segmentos na vida social e política do território, além de sua luta por direitos.

Alguns grupos sociais historicamente excluídos dos espaços de tomada de decisão possuem especificidades e direitos que precisam ser respeitados e garantidos, seja no corpo da legislação, seja na aplicação de políticas.

São exemplos desses grupos: mulheres; negros; moradores do meio rural; moradores de cortiços, favelas e loteamentos; assentados de reforma agrária, agricultores familiares; grupos indígenas e quilombolas; crianças, jovens e idosos; homossexuais; e pessoas com deficiência.

Sem a devida organização que reflete, debate e luta por direitos, estes grupos não irão incidir na política e garantir a inclusão cidadã necessária para qualquer processo de desenvolvimento local.

A mobilização social fortalece também a construção de planos de desenvolvimento que contemplam os potenciais e desejos da população local, respeitando a diversidade, cultura e valores daqueles que se engajam na melhoria e transformação dos seus territórios.

Não é muito fácil ter muitas pessoas alinhadas as mesmas propostas, pensando e agindo conforme o que se acredita que seja o correto. Parece que pra

exercitar a individualidade e acreditar na unidade, precisa constantemente reforçar ideais tão particulares que acabam sendo incompatíveis com os ideais de outras pessoas da mesma comunidade.

Sendo assim, conclui-se que é indiscutível a importância da mobilização e participação social no sentido subsidiar a elaboração do PERS, bem como a necessidade do projeto de mobilização social e divulgação para orientar todas as etapas do referido plano, propiciando maior participação dos atores onde estes contribuirão para a consolidação de um plano que transcreva a realidade local e sugira ações plausíveis e realizáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Marco regulatório das organizações da sociedade civil**. Disponível em: www.secretariageral.gov.br. Acesso em: 10 abril de 2014.

_____. Lei n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n.ºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n.º 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 30 abril de 2014.

_____. Lei n.º 10.257, de 10 de julho 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 30 abr. de 2014.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, PROEX / CE-CAC / Programa Editorial, 1987.

FERNANDES, Daniel. Mobilização social. Disponível em: <http://gestao.wordpress.com/category/comunicacao/> Acesso em: 31 mar. 2014.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE (FUNCERN). Plano de mobilização social e educação ambiental do Seridó/RN. Natal: Funcern, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Área Territorial dos municípios**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 de abril de 2014.

_____. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 de abril de 2014.

_____. **IDHm**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 26 de abril de 2014.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E MEIO AMBIENTE (IDEMA). **Anuário estatístico 2013**. Disponível em: www.idema.rn.gov.br. Acesso em: 11 jul. 2014.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Programa de educação ambiental e mobilização social para o saneamento (PEAMSS). Disponível em: www.cidades.gov.br. Acesso em: 20 abril de 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA); ICLEI – Brasil. **Planos de gestão de resíduos sólidos**: manual de orientação. Brasília, 2012.

PAIM, Antonio. **Cidadania**: o que todo cidadão precisa saber. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>> Acesso em: 10 jul. 2014.

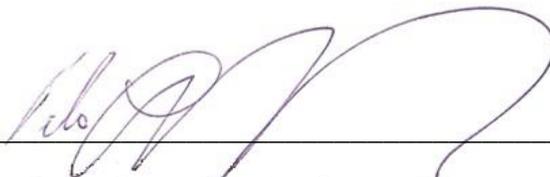
FREITAS, Eduardo de. **Aspectos físicos do RN**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/brasil/aspectos-naturais-rio-grande-norte.htm> Acesso em: 10 jul. 2014.

TORO, Bernardo. Comunicação para organizar, orientar e apoiar a Mobilização Social. Disponível em: <<http://www.nossasalvador.org.br/site/colunas/174-comunicacao-para-organizar-orientar-e-apoiar-a-mobilizacao-social>> Acesso em: 15 mar. 2014.

RIO GRANDE DO NORTE. Plano de gestão integrada de resíduos sólidos do RN (PEGIRS/RN). Natal/RN: SEMARH, 2012.

Equipe Responsável pela Elaboração do Produto 1 – Projeto de Mobilização Social e Divulgação

(ASSINATURAS)



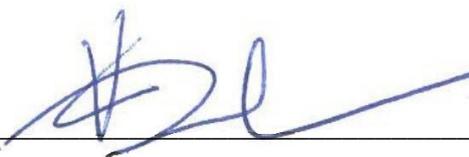
Paulo Gonçalves dos Santos Filho
Coordenador e Sócio-Diretor Brencorp



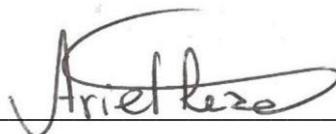
Alex Alves Loureiro Ferreira
Gestor Ambiental



Gisela Duarte Gonçalves dos Santos
Advogada e Sócia-Diretora Brencorp



Ceres Virgínia da Costa Dantas
Assistente de Coordenação



Ariel Santana Leão
Assistente de Coordenação



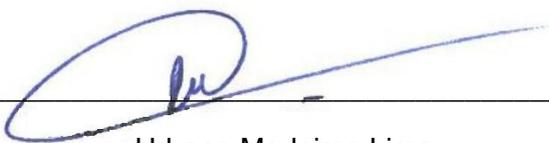
Aldemir de Castro Barros
Especialista em Planejamento Ambiental



Cecília Barthel Carneiro Campello



Maria Wagner de Araújo Dantas
Especialista em Análise Socioeconômica



Urbano Medeiros Lima
Especialista em Direito



Maria Auxiliadora Porto Vasconcelos
Assistente Técnica



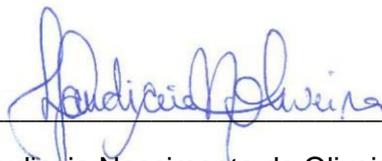
Emília Margareth de Melo Silva
Especialista em Resíduos Sólidos



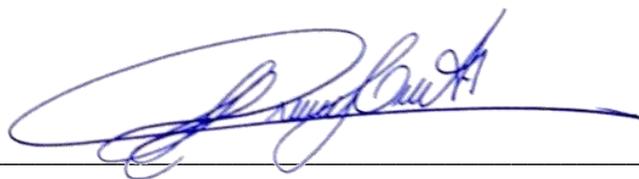
Edilma Drielly da Silva
Assistente Técnica



Kleybiana Dantas da Rocha
Assistente Técnica



Laudiceia Nascimento de Oliveira
Assistente Administrativa



Luzimar Pereira da Costa
Especialista em Geoprocessamento